

Live Jurídica vai tratar da ação dos 28,86%; envie sua pergunta

A Vice-Presidência de Assuntos Jurídicos da ANFIP vai realizar no dia 22 de junho, às 14h30, Live Jurídica para tratar exclusivamente do andamento da ação dos 28,86%. A transmissão será pela TV ANFIP, no YouTube.

Esta é uma oportunidade para os associados se informarem de todos os detalhes da referida ação e esclarecerem dúvidas. As perguntas podem ser enviadas antecipadamente para o e-mail juridico@anfip.org.br ou feitas, ao vivo, através do chat no YouTube durante a apresentação.

Para mais informações, entre em contato com o setor Jurídico pelos telefones 3004-9197 e (61) 98176-9051 (WhatsApp).



ANFIP CONECTADA COM O ASSOCIADO

LIVE JURÍDICA ACORDO DOS 28,86%

22/06 (quarta-feira)

14h30

Assista pela **TV ANFIP** no **YouTube**

ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
#anfipnacional

GIFA: ANFIP faz alerta contra mensagens de empresa

Há alguns dias, associados que fazem parte da execução judicial da Gratificação de Incremento à Fiscalização e Arrecadação (GIFA), estão recebendo mensagens, via WhatsApp, de uma empresa chamada Laguz, que oferece a possibilidade de antecipação do valor de futuros precatórios da execução.

Na mensagem, a instituição cita que o pagamento está previsto para 2030 e que adquiriu os direitos dos honorários advocatícios do escritório Innocenti Advogados e da antiga patrona da ação.

Importante esclarecer que não há nada no processo que indique que os precatórios estão previstos para 2030. A ANFIP está negociando um acordo com a Advocacia-Geral da União que, se aceito pelos exequentes, resultará na expedição de precatórios, que serão pagos, provavelmente, em 2024 e 2025.

A ANFIP reitera que nunca aconselhou a comercialização de precatórios e muito menos o fará com os direitos de futuros pagamentos. O deságio que as empresas oferecem é enorme, corrompendo a renda do associado, que é discutida durante anos no Judiciário.



O meio utilizado pelo estabelecimento para ter acesso aos dados dos associados não foi identificado. Diante disso, a ANFIP enviou notificação extrajudicial à empresa e orienta que todos desconsiderem a mensagem recebida.

Sobre os escritórios citados, a Associação desconhece que tenha havido a comercialização dos direitos aos honorários e informa que o escritório Innocenti Advogados é o atual patrono da execução judicial.

Movimento combate violência contra a pessoa idosa
PÁGINA 2

ANFIP saúda servidores públicos aposentados
PÁGINA 3

Entidades atuam em defesa das carreiras do fisco
PÁGINA 5

ANFIP se engaja no combate à violência contra a pessoa idosa

Na ocasião em que se comemora o Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa, em 15 de junho, a ANFIP se junta aos diversos movimentos nacionais e internacionais para ressaltar a importância de iniciativas e políticas públicas de prevenção e combate à violência contra a pessoa idosa.

A data comemorativa foi instituída em 2006, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Rede Internacional de Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa, e tem o objetivo de criar uma consciência coletiva mundial de responsabilidade, cuidados, garantia de direitos e respeito para com essa população.

Em 2022, devido à pandemia da Covid-19 e a necessidade de isolamento social, obrigando os idosos a ficarem mais tempo com familiares e possíveis agressores, infelizmente, houve grande aumento de denúncias de violações dos direitos dos idosos, sendo as principais formas de violência o abandono, a negligência, a violência física, financeira e psicológica.

O senador Paulo Paim, em pronunciamento realizado nesta terça-feira (14/6), no Plenário Virtual, ressaltou que o dever social de cuidar dos idosos “não é apenas uma questão social ou de

justiça”, mas uma “questão de direitos humanos, de políticas humanitárias”.

“A sociedade brasileira precisa, mais do que nunca, se somar a campanhas nacionais, estaduais e municipais, e nelas se engajar, para combater a violência contra a pessoa idosa. Precisamos promover a ampliação dos serviços de cuidado e atenção, capacitar agentes que atuam com os idosos. Precisamos educar. É necessário unir todas as forças humanitárias dos direitos humanos: o poder público, os conselhos municipais de idosos e de jovens”, disse Paim.

Uma das formas de apoio da sociedade é por meio de doações aos fundos controlados pelos Conselhos de Direito da Pessoa Idosa, que podem ser feitas diretamente na declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, como prevê a Lei nº 13.797/2019. Os recursos captados devem ser aplicados, exclusivamente, nas ações, programas, projetos e atividades voltados ao atendimento da pessoa idosa sob a orientação e supervisão dos conselhos do idoso. Para saber mais, acesse [aquí a cartilha](#) com todas as orientações sobre o **Fundo do Idoso**.



Denúncias

É preciso proteger e denunciar (de forma anônima ou não) qualquer tipo de violência contra a pessoa idosa, independentemente de quem for o agressor, seja filho, neto, cônjuge ou cuidador. Para denunciar esses crimes há várias formas, uma delas é ligar no Disque-Denúncia, nos números 100 e 181, ou no WhatsApp do governo federal (61) 99656-5008. Outros canais disponíveis são o aplicativo dos Direitos Humanos do Governo, o site da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, as Delegacias Especializadas na Proteção ao Idoso, Ministério Público, Polícia Militar (190), o Socorro urgente – SAMU (192) ou qualquer Delegacia de Polícia próxima.

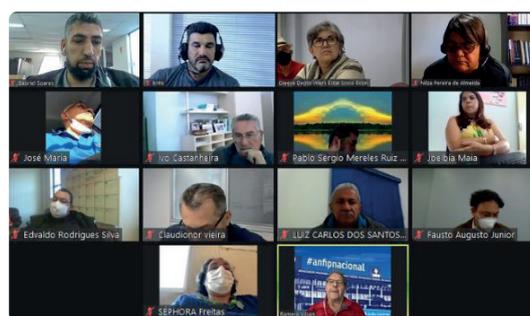
Faça sua parte! Contribua no combate à Violência Contra a Pessoa Idosa!

Dieese realiza assembleia geral e analisa impactos da inflação para os trabalhadores

O presidente da ANFIP, Vilson Antonio Romero, participou da assembleia geral convocada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), no dia 14 de junho. O encontro foi realizado em formato virtual e reuniu a rede de entidades integrantes para apreciação e aprovação do relatório de atividades de 2021 e dos balanços patrimoniais de 2020 e 2021.

As prioridades do grupo para 2022 foram reiteradas e envolvem

a ampliação dos trabalhos em prol do equilíbrio e do fortalecimento do Dieese, bem como a atuação sistemática no Congresso Nacional, com foco na luta por emendas individuais e de comissão em pautas de interesse do movimento sindical. Entre as atividades desempenhadas, está a produção de materiais técnicos e a participação em eventos institucionais, além da articulação da assessoria



e do atendimento especializado a instituições governamentais, categorias e à sociedade civil.

<h3>Expediente</h3> <p>Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Sede: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907 Telefone: (61) 3251 8100 Whatsapp: (61) 98289 5150</p> <p>Envie seus comentários sobre o Linha Direta para o email: comunicacao@anfip.org.br</p>		 <p>ANFIP Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil #ANFIPNACIONAL</p>	
<p>DIRETORA RESPONSÁVEL Marluce do Socorro da Silva Soares</p> <p>EDITORA Ludmila Machado</p> <p>REPORTAGEM Daiana Lima, Ludmila Machado, Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.</p>	<p>EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA Allan Vitalino e Gilmar Vitalino</p>		
<p> www.instagram.com/anfipnacional</p>	<p> www.facebook.com/anfip.nacional</p>	<p> www.twitter.com/anfipnacional</p>	<p> www.youtube.com/anfipoficial</p>

ANFIP saúda o Dia do Servidor Público Aposentado

No Brasil, o Dia do Servidor Público Aposentado é comemorado no dia 17 de junho. Para a ANFIP, esta é uma data especial que deve ser sempre homenageada pela importância daqueles que, com grandeza, responsabilidade e sabedoria, cumpriram sua missão e são referências para o presente e para o futuro do funcionalismo, em especial os Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

A Associação aproveita a data para também reiterar sua luta e defesa dos direitos dos servidores aposentados, bandeira que sempre esteve presente na atuação da Entidade.

Neste sentido, a ANFIP apresentou um conjunto de propostas na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados ([relembre aqui](#)) que buscam atender importantes bandeiras

dos aposentados, são elas: **Isenção de IR sobre o gasto com medicamentos e equipamentos indispensáveis à qualidade de vida do idoso** – a partir dos 65 anos, limitado a 20% da renda bruta; e **Redução gradual das contribuições previdenciárias dos servidores públicos inativos**: a partir dos 65 anos, a razão de 20% ao ano, numa nova versão da anterior PEC 555/2006, reeditada a partir dos atuais parâmetros da Emenda Constitucional 103/19, que modificou a forma e as alíquotas de desconto de aposentados e pensionistas.

Seguimos de braços dados com aqueles que já cumpriram sua missão nas atividades laborais, em



defesa da carreira, da valorização da administração tributária e aduaneira e na construção de um país forte, desenvolvido, solidário e democrático.

Fonacate e afiliadas aprovam realização de seminário sobre RPPS e Previdência Complementar

O presidente da ANFIP, Vilson Antonio Romero, e o vice-presidente de Assuntos Parlamentares, José Avelino da Silva Neto, participaram da assembleia geral do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), em 14 de junho, para discutir diversos pontos que afligem as carreiras no âmbito do atual cenário político.

Vilson Romero alertou os dirigentes acerca da importância de acompanhar regramentos infraconstitucionais relacionados aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). “Acho que devemos nos preparar para os novos governos, debatendo todas as nuances dos RPPS nas três esferas (União, Estados, Municípios), pela importância do tema e pela preocupação que ele vai trazer às nossas carreiras”, disse. A ANFIP sugeriu a realização de seminário sobre os RPPS e Previdência Complementar, o que foi aprovado pelo colegiado, cujo temário, palestrantes e logística necessária serão deliberados por comissão conjunta a ser constituída em julho.

O presidente também solicitou apoio do Fórum nos projetos de interesse comum das entidades e da sociedade apresentados pela ANFIP na Comissão de Legislação Participativa (CLP), da Câmara



dos Deputados. Confira os detalhes das propostas [aqui](#).

Ao abordar as eleições de 2022, Vilson Romero propôs a elaboração de nota técnica com orientações para uniformizar os procedimentos das afiliadas no que diz respeito à divulgação e apoio de candidaturas de servidores.

O Fonacate deve também apresentar aos principais presidenciáveis e suas equipes, assim como aos candidatos ao Congresso Nacional, a Carta de Princípios aprovada pelos integrantes do Fórum, com vistas a permitir interlocução e obter o compromisso dos futuros parlamentares

e governantes nas pautas de interesse das categorias e da sociedade civil.

Na pauta da reunião, ainda constou a avaliação do cenário político para o segundo semestre; a PEC 63/2013, que restabelece o pagamento dos quinquênios a juízes e promotores; o Decreto 10.620/2021, que determina a gestão de aposentadorias e pensões da administração pública direta ao SIPEC/Ministério da Economia, e da administração indireta ao INSS; a MP 1.119/2022, que reabre o prazo de migração para o Regime de Previdência Complementar (RPC); e a campanha salarial dos servidores.

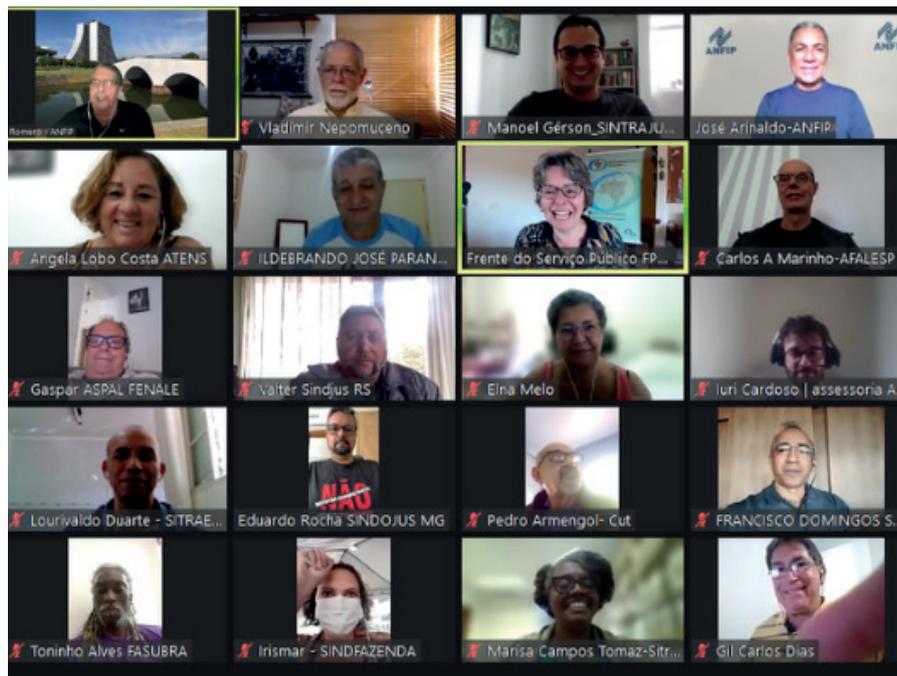
ANFIP apresenta propostas em reunião da Frente do Serviço Público

No dia 13 de junho, foi realizada mais uma reunião virtual da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, juntamente com as entidades de classe e centrais sindicais representativas dos servidores públicos.

No encontro, conduzido pelo vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial da ANFIP, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, o presidente Vilson Antonio Romero apresentou um conjunto de propostas, que já foram encaminhadas pela Entidade à Comissão de Legislação Participativa (CLP), da Câmara dos Deputados, e visam contribuir com os interesses da sociedade.

Dentre as sugestões apresentadas, duas objetivam a melhoria da qualidade de vida dos idosos: uma Proposta de Emenda à Constituição que traz a redução gradual das contribuições previdenciárias dos servidores públicos inativos e um Projeto de Lei que trata da isenção de Imposto de Renda sobre o gasto com medicamentos e equipamentos indispensáveis à qualidade de vida do idoso.

As demais propostas são: Projeto de Lei Complementar que cria o Instituto Nacional do Regime Próprio de Previdência Social da União (INPSU), autarquia responsável pela gestão do RPPS dos servidores federais que o atual governo pretende repassar para o INSS;



Projeto de Lei sobre reajuste da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física; e Projeto de Lei que unifica a gestão de programas sociais.

“Temos as pautas individuais de cada categoria, mas acho que, acima de tudo, é extremamente importante defendermos interesses comuns”, frisou Romero, solicitando que as entidades incluam os temas em suas agendas de trabalho. As propostas tem o apoio dos coordenadores da Frente, senador Paulo

Paim (PT/RS) e deputada Alice Portugal (PCdoB/BA).

Ao apresentar o panorama do Congresso Nacional desta semana, o consultor político Vladimir Nepomuceno informou que a única matéria de interesse dos servidores em pauta é a votação do relatório preliminar do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023, apresentado pelo senador Marcos do Val (Podemos/ES).

Entidades definem logística do Projeto Presidenciais

A diretora de Estudos, Planejamento e Projetos da Fundação ANFIP, Nilza Garutti, participou de mais uma reunião do Projeto Presidenciais, no dia 14 de junho, com os representantes e assessores do Sindifisco Nacional (Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil) e da Fenafisco (Fisco Estadual e Distrital).

O grupo discutiu detalhes do projeto, entre questões orçamentárias e logísticas, e analisou os presidenciais que terão participação no ciclo de debates, intitulado Diálogos com os Presidenciais 2022. O evento está previsto para acontecer nos meses de junho, julho e agosto, e visa a articulação de mudanças tributárias com os principais candidatos à Presidência da República, debatendo caminhos suprapartidários para uma tributação nacional mais justa e progressiva.

A interlocução será realizada com todas as equipes econômicas e, posteriormente, com os próprios pré-candidatos. Até o momento, foram confirmados membros das equipes de Luiz Inácio da Silva (PT/SP), Simone Tebet (MDB/MS) e Ciro



Gomes (PDT/CE). O primeiro encontro está marcado para o dia 27 de junho, em São Paulo, com o assessor econômico do Partido dos Trabalhadores (PT) e professor de Economia da Unicamp, Guilherme Melo.

Mais informações sobre o projeto serão divulgadas em breve. Acompanhe!

Comissão ANFIP do Futuro analisa pautas internas de interesse dos associados

Os integrantes da Comissão ANFIP do Futuro se reuniram, no dia 13 de junho, para debater demandas internas envolvendo a Entidade nacional e suas Associações e Representações Estaduais. Em processo de análise, está o projeto-piloto de unificação de inscrições e mensalidades, a fim de oferecer melhores condições de filiação e atender com maior qualidade as necessidades dos grupos assistidos.

Durante o encontro virtual, o presidente Vilson Romero saudou a todos que se dedicaram às ações desenvolvidas até então, em prol do quadro social da ANFIP; e lembrou que ainda há uma longa jornada pela frente: “Precisamos encontrar soluções mais pragmáticas de integração e organização, pensando sempre no bem-estar dos nossos associados e no fortalecimento da nossa Associação. O



Conselho de Representantes tem um papel fundamental nisso, que deverá ser continuado com o nosso apoio”.

Além do presidente da ANFIP, participaram da reunião os vice-presidentes Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Executivo), Márcio Humberto Gheller (Administração, Patrimônio, Cadastro e TI), Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais) e Maria

Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos); bem como a coordenadora do Conselho Fiscal, Ercília Leitão Bernardo (CE); o coordenador do Conselho de Representantes, Carlos José de Castro (ANFIP-GO); e os presidentes Floriano José Martins (ANFIP-SC), Genésio Denardi (ANFIP-SP) e Isabel Nascimento Elias Pereira (ANFIP-MS).

Pacto de Brasília elabora campanha contra PL que dificulta atuação do fisco

As entidades que integram o Pacto de Brasília, dentre elas a ANFIP, realizaram reunião virtual, em 13 de junho, para definir a atuação das carreiras da fiscalização tributária contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 17/2022, que tramita na Câmara dos Deputados. Pela ANFIP, participou o vice-presidente de Assuntos Fiscais, Crésio Pereira de Freitas.

A proposta em questão, ao estabelecer normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres do contribuinte, principalmente quanto a sua interação perante a Fazenda Pública e sobre os critérios para a responsabilidade tributária, na prática, vai limitar drasticamente a capacidade de atuação do fisco e os poderes fiscalizatórios das administrações tributárias, além de dificultar a caracterização do sonegador.

Dentre as ações que estão sendo formuladas pelo grupo, está a realização de ampla campanha de mídia nas redes sociais, principalmente nas plataformas com maior alcance dos parlamentares, e nos grandes veículos de comunicação, a fim de mobilizar a sociedade e alertar sobre os efeitos nocivos da proposta. Os



dirigentes também pretendem realizar audiências públicas no Espírito Santo e no Rio de Janeiro, estados dos deputados responsáveis pela proposta, Felipe Rigoni (União/ES), autor, e Pedro Paulo (PSD/RJ), relator.

Outras atividades também fazem parte das estratégias de mobilização, como acionar o secretário Especial da Receita Federal do Brasil, Julio Cesar Vieira Gomes, o Conselho Nacional de Política Fazendária e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; a produção de nota técnica com opinião de jurista

renomado; a realização de atos em aeroportos para pressionar parlamentares; divulgação em outdoors etc.

Na próxima semana, no dia 20 de junho, os dirigentes voltam a se reunir para avaliar a proposta de agência de comunicação, apresentada na reunião do dia 13 de junho, e definir o orçamento destinado à campanha contra o PLP 17/22.

Além da ANFIP, fazem parte do Pacto de Brasília a Anafisco, Febrafisco, Fenafim, Sindifisco Nacional, Sindireceita, Fenafisco e Unafisco Nacional.

ANFIP participa de 6º Congresso Luso-Brasileiro de Auditores Fiscais

A ANFIP, representada pelo vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, participou do 6º Congresso Luso-Brasileiro de Auditores Fiscais, realizado de 12 a 15 de junho, em Salvador (BA). Nesta edição, foram debatidas pautas de interesse do fisco sob as perspectivas da democracia e do desenvolvimento, com o objetivo de apontar uma agenda para o futuro.

De acordo com Gilberto Pereira, o evento conseguiu trazer os maiores palestrantes em torno do tema proposto, explorando-o com qualidade. “A grande reflexão foi sobre o papel do fisco para a realização da justiça social no contexto da democracia. É de suma importância uma reforma tributária que diminua a desigualdade, desonerando as classes mais pobres que sofrem com a carga tributária dos impostos indiretos, obedecendo o princípio constitucional da capacidade contributiva, paga mais quem ganha mais, ao contrário do sistema atual que se concentra na tributação sobre o consumo”, ponderou o vice-presidente.

A cada encontro, o evento internacional tem reunido cerca de 500 congressistas e já conquistou chancelas de peso, como a concessão do Alto Patrocínio do Presidente da República de



Portugal e o apoio institucional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Realização

O Congresso é promovido pela Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), em conjunto com a Unafisco Nacional e a Associação Sindical dos Profissionais de Inspeção Tributária e Aduaneira (Apit). Entre as entidades apoiadoras está o Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), do qual a ANFIP integra.

Saiba mais no site www.congressolusobrasileiro.org.br.

PESQUISA DE SATISFAÇÃO

Participe até **15/07** e concorra a **brindes exclusivos!**

Acesse o formulário pelo link pesquisa.anfip.org.br.

I PRÊMIO ANFIP DE AÇÕES Inovadoras

INSCRIÇÕES: **DE 16/05 A 31/08**

Clique [aqui](#) e confira o regulamento e o espaço para inscrição.

FALE COM A ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100
(61) 98366-5999 (WhatsApp)
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

SECRETARIA ANFIP

(61) 98151-7925 (WhatsApp)
E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)
(61) 98366-6006 (WhatsApp)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
MarktClub: 0800-932-0000 – Ramal: 4199
Benevix (Concierge): (27) 99663-6339
concierge@benevix.com.br
Benevix/Unimed: 0800.606.7272
Geap: 0800.728.83009

COMUNICAÇÃO SOCIAL

(61) 98289-5150 (WhatsApp)
E-mail: comunicacao@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA ANFIP

E-mail: presidencia@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)
(61) 99973-5776 (WhatsApp)
E-mail: aposentadoriasepensoes@anfip.org.br

SETOR JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local)
(61) 98176-9051 (WhatsApp)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

SETOR DE CADASTRO

(61) 99938-4548 (WhatsApp)
E-mail: cadastro@anfip.org.br

